



Código:

03

CF/1988 &gt; art 165

PPA &gt; LDO &gt; LOA

~~Reforma tributária~~~~Ucrânia~~~~Federalismo e suas funções~~

Questão 2:

a) A Constituição Federal (CF/1988) trouxe inovações importantes relacionadas ao planejamento, adaptação e execução do orçamento público, o art. 165 trata sobre informações relacionadas a tais definições. A PPA representa um planejamento prévio de médio prazo com validade de segundo ano de mandato a primeira ano do governo seguinte, assim possibilitando continuidade entre governos, tais diretrizes são remanejadas do planejamento do orçamento público.

A LDO funciona como a interpretação, a conexão entre a PPA e a LOA de forma com que o planejamento seja aplicado na medida do possível, assim buscando maior equilíbrio orçamentário. A LOA portanto representa a realidade da aplicação do orçamento, assim evidenciando se a realidade permanece dentro do planejado.

A LDO possui papel evidente no planejamento fiscal, visto que representa a tradução do que foi planejado em dados e procedimentos concretos aplicáveis, mesmo que ainda sejam necessários mudanças quando necessário. A transposição das funções públicas está relacionada as informações que chegam para todos, é portanto identifique os valores estipulados pelo meio do orçamento base e as adaptações feitas em outros valores, assim sendo portanto identifique o quanto os gastos públicos representam em relação ao planejado, garantindo maior compliance na informação exposta. Nesse sentido a LDO possui ~~total~~ influência

Código: \_\_\_\_\_

# EM BRANCO



Código:

03

ela, por ser a direcionadora do planejamento já feito.

Usar mesmo tanto possui o papel informacional para o Estado, evidenciando as decisões tomadas e sua aplicação do ex-ameento público. A governança macrofiscal também depende de informações submacrofiscas, auxiliando na comparabilidade e justificabilidade da informação entre entes, através de uma base sólida.

b) A responsabilidade fiscal evidencia o papel informativo das direções orientadoras, em que o ente federativo necessita evidenciar de forma clara e embasada a informação gerada. O Estado precisa garantir que a informação gerada atenda ao propósito de sua existência. Usar mesmo tanto a credibilidade institucional por parte do município de conformação que os processos possuem em diálogo entre federação e planejamento governamental se refere não só a estipulação de valores, mas também projetos vinculados às aplicações orientadoras.

Os metas ~~macro~~ fiscais representam direcionamentos dados da informação, isto é, a tradução numérica e temporal das direções orientadoras. Sua função precisa de embasamento sólido e justificabilidade clara, visto que, serve ao direcionador para a tomada de decisões governamentais. Os metas precisam ser adotados a realidade em que serão aplicados, dessa forma evidenciando a adequação das direcionadoras e não apenas traduções diretas.

É evidente a diferença distributiva no mesmo Brasil, assim não sendo possível aplicação da mesma meta em regiões diferentes. Os metas fiscais não devem agir como simples limitadores institucionais dos entes públicos, mas sim direcionadoras de tomada de decisões adotadas e específicas da realidade em que serão aplicadas.

**EM BRANCO**



Código:

03

## Questão 3

a) O modelo constitutivo de planejamento e orçamento público Brasileiro evidencia mecanismos necessários para geração, aplicação e adaptação das informações necessárias ao orçamento público. São eles:

Plano plurianual (PPA): responsável pelo planejamento de que será feito por determinado governo, aplicado a partir do segundo ano de mandato, visando proporcionar continuidade governamental, utilizando como base para o planejamento decenal.

Lei dos diretrizes orçamentárias (LDO): compreendida como o elo mediador entre o PPA e a LOA por seu papel direcionador, responsável pela tradução da informação contida no plano plurianual em estatísticas dentro da aplicação.

Lei orçamentária anual (LOA): aplicação anual das diretrizes estabelecidas anteriormente, sendo necessária adaptação quando possível de acordo com acontecimentos governamentais e na realidade.

Tais instrumentos são complementares e necessários para a coordenação das políticas públicas, uma vez que agem de forma sequencial (PPA > LDO > LOA) desde o planejamento até a aplicação da gestão. E também servem como embasamento para as decisões tomadas, sendo possível avaliar a justificabilidade. Porém mesmo que sendo evidenciado como uma sequência acontecimentos que fazem com que seja necessária sua adaptação.

A gestão fiscal depende de informações essenciais, para que assim chegue ao público de forma clara e compreensível, a conexão entre os três instrumentos orçamentários possibilita maior justificabilidade da informação gerada e facilita o entendimento da coordenação das políticas públicas.

Código:

**EM BRANCO**



Código:

03

b) O planejamento governamental evidencia decisões do governo de como auditar que será sua gestão, evidenciando possibilidades de possíveis ações futuras, o qual será evidenciado e aprovado. A responsabilidade futura evidencia as ~~decisões~~ mecanismos de planejamento das ações futuras para diferentes entes federativos. A accountability democrática demonstra a necessidade de entendimento da informação contábil de forma clara e que garanta o entendimento daqueles que fazem de seu uso.

Os instrumentos PPA, LDO e LOA são diretrizes prévias governamentais submetidas a pesquisa feita pelo governo e assim suas estipulações de direções, valores e projetos a serem seguidos. Para tais direções é necessário entendimento da realidade local em que os instrumentos serão aplicados para poder tomar decisões para as decisões tomadas. A compatibilidade entre tais instrumentos evidencia um cenário em que as tomadas de decisão cumpram as necessidades locais.

A compatibilidade entre os instrumentos se torna fator necessário, mas não garante o sucesso das decisões tomadas. A falta de compatibilidade pode gerar diversas consequências, sendo elas, falta de coerência na instituição a qual define os instrumentos, consequentemente dificuldade no possível entendimento de fatores que tenham mecanismos mudancas não evidenciados no PPA. Empregoimento de políticas futuras dentro a mudancas não planejadas, assim podendo surgir efeitos negativos na sociedade e não coerência em possíveis políticas futuras.

Nesse sentido a visão de órgão governamental será prejudicial, para sua tomada de decisão para de estipular por eles mesmos. A transparência governamental depende de que a informação gerada seja legítima e de acordo com a estipulação pelos decisores, assim fortalecendo as decisões tomadas e aceite da população.

Código:

**EM BRANCO**



Código:

03

Porém, tais fatores não representam uma realidade absoluta, imutável, até para tais regras existem exceções. Os instrumentos de planejamento apresentam de certas rigidez, mas adaptável à acontecimentos que não possuem controle, como desastres naturais e crises de saúde. Portanto mesmo sendo necessária a rigidez dos instrumentos é aplicável sua adaptabilidade.

#### Questão 4.

a) Indicadores evidenciam uma tradução visual das informações de forma quantitativa e comparativa, assim facilitando a avaliação tanto do planejamento, quanto dos resultados. O planejamento precisa gerar direcionamentos de recursos e projetos, e por isso de evidenciar para a população o uso dos recursos públicos. Nesse sentido torna-se necessária uma aplicação clara e justificável.

A gestão por resultados representa uma oportunidade para legitimidade das decisões tomadas e de recursos aplicados. Em organizações privadas tal tipo de gestão evidencia aspectos necessários para conseguir investimentos e garantir sua perpetuidade, em organizações públicas o entendimento destes fatores não é tão diferente. A gestão por resultados dá uma evidência e recursos de políticas públicas, assim facilitando a legitimidade da função e das tomadas de decisões de responsáveis, gerando bem-estar em políticas públicas futuras e comparando em resultados.

Desse forma os indicadores surgem como instrumentos necessários para entendimento mais simples das entregas de governo, uma vez que são informações resumidas a partir das entregas e possibilitam a comparabilidade entre diferentes períodos.

Código:

**EM BRANCO**



Código:

03

Indicadores não são importantes apenas para a gestão por resultados, mas também para checar a mídia de informações, como por exemplo, andamento de projetos mesmo que ainda não finalizados a adoção dos mesmos. Nesse mesmo sentido, com o uso de indicadores são avaliadas políticas públicas entre períodos para checar o que realmente foi bem-sucedido e quais mudanças precisam ser realizadas em períodos futuros.

Indicadores possibilitam maior transparência da tomada de decisões governamentais, pois entregam ao público as informações necessárias para entendimento dos projetos, diminuindo a possibilidade de manipulação das informações. A partir disto, uma monitoramento e controle podem ser realizados por aqueles que fazem uso da informação. Com isso os indicadores facilitam os processos com a gestão de informações.

b) Evidência evidencia a rapidez com que projetos de políticas públicas são realizados, como por exemplo a estipulação de um prazo determinado para que uma obra seja realizada, assim evidenciando a quão rápida coisa foi atingida.

Evidência evidencia o sucesso no atingimento de tais projetos ou projetos, independentemente de prazo utilizado para tal, o sucesso do projeto é evidenciado com sua conclusão de acordo com o que era esperado.

A efetividade representa o entendimento conjunto, realizar o projeto da maneira correta no tempo correto, assim demonstrando uma entrega condizente com o que foi estipulado no prazo disponível para tal.

Programas governamentais possuem prazo para conclusão e evidência do que deve ser entregue, então o entendimento destas terminologias se tem necessário para explicação dos

**EM BRANCO**



Código:

03

projetos entregues.

Tais critérios costumam evidenciando que os projetos governamentais devem ser entregues tanto no tempo exato quanto com a qualidade esperada ou prometida. As políticas públicas se adaptam a contemporaneidade, porém existe uma maior cobrança quanto ao atingimento do que é estipulado.

Programas governamentais precisam ser eficientes e eficazes, possibilitando entendimento claro dos resultados e evidenciando de que foi alcançado, a efetividade do projeto depende de ambos fatores e de que ele entregue o que era esperado para realidade de seu atingimento. Porém outros fatores podem influenciar andamento dos projetos estatais, estão prejudicando seu desempenho, fatores monetários de recursos e fatores possibilitam a não entrega ou atraso de projetos, representando limitações para o entendimento da eficiência, eficácia e efetividade, mesmo sendo fatores não controláveis.

Código:

**EM BRANCO**